

REFLEXÕES SOBRE A UNIDADE

Apropriadas para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos — 11 a 18 de maio de 1975. Tiradas de "Simples Observações sobre as Diretrizes Pastorais pela XIV Assembléia da CNBB (Itaici, Nov. 74)

Alberto Antoniazzi, na revista "Atualização"

A XIV Assembléia da CNBB, colocada diante da necessidade de elaborar um novo plano nacional de pastoral ou de dar continuidade ao anterior, manifestou-se em maioria a favor da opção assim definida: "Conservar as atuais diretrizes, isto é, o mesmo objetivo geral e os seis objetivos específicos com as conseqüentes seis linhas, reformulando suas justificativas com documentos e dados posteriores ao Vaticano II e enriquecendo-se com elementos de reflexão teológica e da experiência pastoral dos últimos anos e, além disso, definir certas áreas prioritárias de ação pastoral da Igreja no Brasil e elaborar diretrizes para essas áreas."

OBJETIVOS PERMANENTES E PRIORIDADES

Achamos desnecessário insistir mais longamente sobre as mudanças na Igreja e no Brasil no período 1965-74. A questão

que está mais estritamente em jogo é outra: é saber se essas mudanças implicam, exigem necessariamente uma mudança também nos objetivos do Plano de Pastoral da CNBB.

Procuraremos discutir o assunto concretamente, examinando cada um dos seis "objetivos específicos" do antigo PPC, e nos perguntando no fim se é suficiente para o período 1975-78 estabelecer **novas prioridades**, mas mantendo os antigos objetivos como objetivos permanentes, ou se seria desejável uma reformulação dos próprios objetivos.

O OBJETIVO N.º 1: A UNIDADE VISÍVEL

O objetivo n.º 1 do PPC era formulado assim: "Levar o povo de Deus, reunido na Igreja Católica, a u'a maior comunhão de vida em Cristo, através da realização sempre mais plena de sua unidade visível".

As atividades que visavam a esse objetivo eram inseridas numa linha de trabalho, conhecida nos ambiente da CNBB exatamente como "linha 1" (cf. no texto do PPC, 1966, as págs. 52-60). A justificação ou fundamento desta linha era tirada, quase literalmente, da "Lumen Gentium" (cf. PPC, pág. 52 e seguintes e especialmente a nota 1 da pág. 52). As atividades, ao contrário, pretendiam ser uma aplicação dessa concepção da Igreja à realidade brasileira e aí se mencionava fins e meios que não constam literalmente nos textos conciliares e representam a "criatividade" dos pastores (e dos pastoralistas) brasileiros: comunidades de base, coordenação pastoral diocesana, estruturas regionais, entrosamento com os religiosos, etc. Diversas das atividades propostas — que visam "conhecer", "refletir", "atualizar", etc. — implicavam a consciência de que nem tudo estava claro e que muito devia ser estudado em busca de novas soluções.

Temos hoje, em 1974, condições para indicar mais claramente os caminhos da "realização sempre mais plena da unidade visível" da Igreja?

Não ousaria dizer que temos uma síntese suficientemente elaborada e satisfatória de uma nova eclesiologia. Parece-me, porém, que temos elementos importantes para isto e que, de qualquer forma, seria muito contraproducente tomar como modelo definitivo a síntese de "Lumen Gentium" (apesar de sua inegável riqueza) e não deixar aberto o caminho a um enriquecimento e mesmo a uma transformação dessa síntese.

Alguns dos elementos que deveriam ser levados em conta, como fruto dos últimos dez anos de reflexão teológica e pastoral

e como garantia de um frutos mais adequado da Igreja à sua missão, são, por exemplo:

1.º — A própria concepção da UNIDADE da Igreja

Queiramos ou não, atrás do termo "unidade" se escondem concepções diversas. Essas concepções são, naturalmente, marcadas pelo contexto histórico em que surgiram e são profundamente enraizadas na psicologia de seus portadores. Com as melhores das intenções, teólogos e pastores podem identificar sua própria concepção da unidade com a concepção que Cristo tinha da unidade da Igreja (assim como a expressa, por exemplo, João no seu evangelho; o que, aliás, não coincide exatamente com a concepção de Paulo) (1). É talvez por isso que muitos receberam com surpresa o fato de que, depois do Vaticano II, aumentou o pluralismo na Igreja. Para quem tem uma idéia monolítica da unidade (tirada talvez das tendências totalitárias dos Estados ou da racionalização própria das burocracias modernas), o pluralismo é mais uma ameaça do que um enriquecimento da unidade. Para quem a unidade é, desde o início, no sentido mais profundo, comunhão (comum-união, dizem alguns), unipluralidade, unidade orgânica e não monolítica, unidade de pessoas e não de instrumentos, o pluralismo é um sinal de autenticidade e de plenitude da unidade.

Em termos muito concretos, esse tema "Unidade e pluralismo" (que provocou um notável documento da CNBB em fevereiro de 1972) nos parece fundamental tanto no enfoque geral a ser dado ao

(1) Cf. Jean COLSON, *L'évêque dans les communautés primitives*. Paris, Cerf, 1951 (breve resumo em "Atualização", n.º 48, pág. 1109).

próximo Plano de Pastoral como para responder às expectativas, às vezes às angústias dos fiéis, ainda tão inseguros diante da pluriformidade que a pastoral vai assumindo. E é um tema que, se não estamos errados, o PPC ignorava.

2.º — A concepção da IGREJA LOCAL ou particular

O PPC não ignorava a existência das Igrejas particulares e das comunidades locais (cf. pág. 53 e 57). Mas a teologia da Igreja particular ou local, presente em vários textos do Vaticano II, foi-se desenvolvendo durante o próprio Concílio de modo a assumir maior nitidez nos últimos textos aprovados (por ex. em "Ad Gentes"). Mais ainda: as conseqüências pastorais desta redescoberta da teologia da Igreja particular ou local só se tornaram evidentes nos últimos anos. Basta citar, no Brasil, a temática da XIII Assembléia Geral da CNBB (São Paulo, fevereiro de 1973), ou, um plano mundial, a presença desse tema no último Sínodo dos Bispos (outubro de 1974).

É a partir dessa nova consciência da estrutura fundamental da Igreja — todo o ministério da Igreja está presente e se manifesta em cada Igreja local — a da originalidade e responsabilidade própria e insubstituível de cada Igreja particular que a ação pastoral dos próximos anos deve encontrar suas linhas de força. É mais um elemento fundamental de um novo "Plano de Pastoral" para 1975-78.

3.º — A concepção da ESTRUTURA ORGÂNICA na Igreja

O Vaticano II, reafirmando o primado do povo de Deus (a comunidade) sobre as estruturas eclesiais (a hierarquia), punha as bases não só de uma eclesiologia mais correta, mas de uma vida a

prática eclesial bastante diferente daquelas inspiradas pela eclesiologia tridentina.

Os princípios da colegialidade e da corresponsabilidade, postos teoricamente pelo Concílio, encontraram depois uma aplicação prática e deram origem a novos órgãos na Igreja (conselhos pastorais, conselhos presbiteriais, etc.).

Mais profundamente: a afirmação de que todos os fiéis são corresponsáveis pela missão da Igreja (cf. Lumen Gentium n.º 17, 33, etc.) levou a tomar consciência de que todos também são chamados a prestar um serviço, um ministério na Igreja, e assim se supera a distinção exagerada que dividiu por muitos séculos os "simples" fiéis dos "ministros" (identificados só com os ministros hierárquicos, ordenados). Essa consciência de que há muitos ministérios na Igreja, que devem ser reconhecidos e valorizados, transforma a própria condição de presbítero (ou sacerdote), que passa de único ministro da comunidade, monopolizando todas as tarefas ministeriais, para coordenador e animador das múltiplas tarefas e os diversos serviços que os cristãos assumem na comunidade e para o mundo.

A "crise" do ministério presbiterial tem sido, nestes últimos anos, um dos fenômenos mais visíveis e mais comentados na Igreja. Mas, geralmente, foi mal interpretado, como um problema de desajuste ou de dificuldades e fraquezas pessoais dos padres. Quando é, certamente, em primeiro lugar, a manifestação de uma transformação das estruturas da Igreja, de uma "crise" do ministério e não dos ministros.

Tudo isto mostra que um "Plano de Pastoral" não poderá hoje partir, como fazia em 1965 ou em 1966 o PPC, de uma visão ideal do que deveria ser o bispo, o

padre, o diácono, etc. Não temos modelos claros e universais dos ministérios. Muito pelo contrário, precisamos encontrar formas mais adequadas e adaptadas à nova situação. A prioridade não é simplesmente a pastoral vocacional ou a formação de agentes de pastoral. Isto é, não é suficiente recrutar mais vocações ou preparar mais pessoas para o trabalho pastoral. A prioridade, neste momento, é a **diversificação** dos ministérios, a criação de novas formas, a reformulação das tarefas e dos papéis de padres, diáconos, agentes de pastoral, etc., dentro de um novo contexto pastoral.

O novo "Plano de Pastoral" será adequado se se preocupar não somente com os homens que podem realizá-lo, mas se abrir a todos que têm carismas e vocação de ministros caminhos novos, mais amplos, mais adequados, de realizar sua missão.

4.º — Unidade da Igreja e unidade do mundo

Enfim, muito brevemente, e nesta forma rápida e fragmentária que seguimos até aqui, gostaríamos de lembrar que a "unidade visível" da Igreja, que pretende ser "sinal da unidade de todo o gênero humano" ("Lumen Gentium", n.º 1), não pode ser pensada puramente em termos eclesiásticos, como uma questão "interna" da Igreja. Pelo contrário, a Igreja deve procurar sua unidade em relação e diálogo com o mundo. Deve-se colocar nele como fermento de comunicação, reconciliação, união entre os homens. Por isso, em lugar de ceder à tentação de fechar-se em si mesma, quase isolando-se do mundo, constituindo uma ilha, deve mostrar-se aberta a tudo o que há de bom na humanidade. Deve valorizar

e assumir tudo o que é fermento de paz, de compreensão, de entendimento entre os homens.

OS OBJETIVOS N.º 5 e 6: ECUMENISMO E PROMOÇÃO HUMANA

Tanto a ação ecumênica como a promoção humana e o empenho para a construção mais justa estão ligados à evangelização.

O problema do ecumenismo, no contexto brasileiro, não pode ser separado do problema da religiosidade popular e do modo de situar a ação evangelizadora frente a ela.

A ação pela justiça, para a construção de um mundo mais humano "segundo os desígnios de Deus", não pode — como vimos — ser separada da ação evangelizadora, de que é parte integrante, constitutiva.

Mas se, nas condições atuais do Brasil, o ecumenismo pode constituir um objetivo menos prioritário, ou mais uma linha de ação em que as circunstâncias (seja o caráter majoritário do catolicismo, seja o caráter sectário de muitos grupos protestantes e outros) impõem um ritmo lento e prudente, a ação pela justiça e pelo desenvolvimento social parece muito urgente. Muito mais, talvez, do que aquilo que as preocupações pastorais indicadas como prioritárias pela última Assembléia geral dos Bispos deixam supor. Não se trata de aumentar um pouco as verbas das obras sociais ou de fazer algo mais para os "marginalizados". Trata-se de levar a sério, com todas as suas conseqüências, a convicção de que não há evangelização autêntica se não for libertadora do homem, se não contribuir para o crescimento da justiça e da fraternidade no mundo.